



# Comissão de Legislação, Justiça e Redação



## Emenda Aditiva n.º 2

### DA LEGALIDADE


A emenda em questão, que visa a inclusão, na composição do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), objeto do Projeto de Lei n.º 31/2001, de dois representantes indicados pelos integrantes do comércio de bares, restaurantes, lanchonetes ou similares, localizados no Município de Indianópolis, não fere o ordenamento jurídico positivo, posto que tem como fundamento dar maior eficiência ao referido órgão consultivo, através da presença de conselheiros diretamente ligados à atividade turística local.


No que tange à responsabilidade fiscal, verifica-se que a referida emenda também não viola as disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que não gera despesas para o município, posto que os conselheiros não serão remunerados.

### CONCLUSÃO


Atendido o pressuposto de sua legalidade, poderá a emenda em questão ser levada à apreciação de seu mérito.

Sala das Reuniões, 4 de fevereiro de 2002.

  
Sebastião Miranda de Resende  
Relator

  
Clodoaldo José Borges  
Presidente

  
Jackson José Alves da Silva  
Membro

Aprovado em 21/2/02  
  
Presidente da Câmara